



CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS EMPREGADOS DE FURNAS E ELETRONUCLEAR - CAEFE

CNPJ/MF 03972.226/0001-42

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO)

REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2020

- **Data, Hora e Local:** Em 17 de novembro de 2020, às 10h30 (dez horas e trinta minutos), em segunda convocação, realizada por meio de plataforma virtual Cisco WebEx Events, apenas com inscrição prévia dos associados a ser feita pelo link.
- **Convocação e Presenças:** O Edital de Convocação teve que ser retificado e foi devidamente publicado no dia 03 de novembro de 2020, no jornal *O Globo*, da cidade do Rio de Janeiro, bem como na sede da CAEFE, nos termos conforme artigo 27 do Estatuto Social, registrado em 07.01.2020. Compareceram os Associados que fizeram a inscrição virtual prévia pelo link. A lista de presença foi emitida digitalmente, que consta como Anexo I da presente Ata. Aqueles que não conseguiram efetuar a inscrição prévia, puderam assistir à Assembleia pelo canal do YouTube, mas sem direito a voz nem a voto.
- **Mesa:** Assumiu a Presidência da Mesa Diretora o Presidente do Conselho Deliberativo da CAEFE, Sr. Hélio César de Azevedo Santos, que propôs à Assembleia o nome da Sra. Patrícia Cristina Fonseca de Aguiar para secretariá-la, tendo sido procedida uma votação, e a Sra. Patrícia Cristina Fonseca de Aguiar foi eleita por maioria para secretariar a Assembleia Geral Ordinária.
- **Ordem do dia:** 1. Aprovar as Demonstrações Financeiras, contemplando as informações do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado referente ao Exercício de 2019, conforme os termos do Art. 33, inciso I do Estatuto Social em vigor; 2. Assuntos Gerais.
- **Deliberações:** Registra-se que o Diretor de Administração e Finanças, Sr. Roberto Gomes de Almeida, e o Diretor de Benefícios, Sr. João Batista Oliveira Coelho, não compareceram à Assembleia. Após questionamentos efetuados sobre a justificativa das ausências, a Sra. Pâmella Sampaio Ribeiro, secretária da Diretoria, informou que o Sr. Roberto Gomes de Almeida (Diretor de Administração e Finanças) justificou sua ausência por razão médica (cirurgia da esposa) e o Sr. João Batista Oliveira Coelho (Diretor de Benefícios) justificou a ausência alegando compromisso prévio inadiável. O Presidente da Mesa Diretora, Sr. Hélio César de Azevedo Santos, deu início à Assembleia, e passou a palavra para o Diretor-Presidente, João Batista Sarmet Franco, que fez breve relato das atividades administrativas da Presidência, informando aos presentes as ações em curso no Exercício de 2019 e 2020, ressaltando que as receitas da CAEFE foram reduzidas drasticamente após Furnas retirar os empregados ativos das apólices de seguro de vida e acidentes em outubro/18 e a Fundação Real Grandeza impedir o desconto em folha em abril/19; entretanto, a gestão estava tentando o reequilíbrio financeiro com uma série de medidas que já estavam em curso, como a redução das despesas e o aumento de receitas por meio de novos convênios. Falou, ainda, do planejamento estratégico, que visava melhorar todos os processos internos; da reforma estatutária que aconteceu em julho/19, cujo objetivo foi abrir a CAEFE para o mercado, ampliando a possibilidade de convênios com outras empresas, não necessariamente as do setor elétrico; da política de investimentos,

A. J. J.

1



Caixa de Assistência dos Empregados de Furnas e Eletronuclear

Sede: Rua Ipu, nº 32 e 37- Botafogo
CEP: 22281-040 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (0xx21) 2528-6565

RCPJ-RJ 14/06/2021-42
EDTD54854GBE
fl.: 5/12

que diversificou os investimentos possibilitando que a CAEFE melhorasse a receita financeira; da contratação de uma consultoria de RH Estratégico, que tinha por propósito capacitar a equipe interna e estabelecer metas estratégicas para todos os empregados, e, conseqüentemente, trazer melhores os resultados da empresa; da estruturação do atendimento da CAEFE, que passava pela melhoria das ferramentas de atendimento, trazendo eficácia no atendimento; e na evolução do convênio comercial, objetivando novas parcerias para a instituição. Após a fala do Diretor-Presidente, João Franco, as perguntas e considerações foram abertas à plenária. O associado João Carlos Ferreira da Silva se mostrou preocupado com a queda das receitas e perguntou como estavam as atividades para geração de receitas. O Diretor-Presidente João Franco informou que a mudança estatutária foi feita para que a CAEFE pudesse fazer convênios com qualquer empresa, e não apenas com as empresas do setor elétrico. E que já estavam em negociações com diversas empresas, aguardando resultados positivos em curto prazo de tempo. Registra-se em ata que o associado Ricardo Rocha de Castro declarou que não havia entendido os convênios com Angra dos Reis, principalmente em época de eleições. O Diretor-Presidente respondeu que havia diretrizes para efetuar os convênios e estavam tratando tudo no âmbito do Conselho Deliberativo; não haveria conflito com as eleições da CAEFE. O associado Renato Vilaça pediu registro da indignação sobre a ausência dos Diretores de Administração e Finanças (Sr. Roberto Gomes de Almeida) e do Diretor de Benefícios (Sr. João Batista Oliveira Coelho), principalmente em uma assembleia de prestação de contas, oportunidade em que dariam esclarecimentos aos associados, e justo nessa ocasião, programada e agendada com antecedência, nenhum dos dois pode estar presente. Houve uma série de manifestações no que diz respeito ao descaso mostrado pela ausência dos dois diretores. Depois, o associado Renato Vilaça perguntou sobre os resultados da consultoria de RH. O Diretor-Presidente reiterou a questão da consultoria de RH era de qualificação e potencialização de resultados, e se comprometeu se o associado desejasse, com o envio dos relatórios dos serviços prestados pela Consultoria de RH. O Sr. Ricardo Rocha de Castro, ainda abordando a questão da contratação de consultoria de RH, questionou se tal contratação havia respeitado a critérios específicos, além dos laborais, e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo. O Diretor-Presidente informou que esta contratação (empresa HIT – Hub Innovation Talent, cuja responsável era a Sra. Sabrina Espíndola Espíndola) era de competência da Diretoria, conforme Instrução Normativa 006, que estabelecem os níveis hierárquicos de contratação, mediante escalonamento de valores contratados; reforçou que era uma contratação benéfica para a CAEFE, uma vez que seriam implantados o Banco de Horas, a Norma de Frequência, o Planejamento Estratégico e um software chamado Scopi, que traçava e acompanhava metas de desempenho individuais dos empregados; que esta contratação estava regular dentro das normas da CAEFE. O sr. Ricardo Rocha perguntou se já não havia um corpo funcional dedicado ao RH. O Diretor-Presidente informou que havia um DP, que cuidava da parte operacional de pagamentos a empregados, férias, etc, mas não um RH Estratégico, que visava o desenvolvimento de estratégias específicas. O Sr. Galvani perguntou se a contratação da Sra. Sabrina Espíndola, empresa HIT – Hub Innovation Talent, foi autorizada pelo Conselho Deliberativo. O Diretor-Presidente reiterou que a contratação estava em sua competência de contratação. O Sr. Galvani perguntou qual era o valor de competência e o valor da contratação da Sra. Sabrina Espíndola. O Diretor-Presidente, Sr. João Batista Sarmet Franco, informou que a competência para contratação diretamente pela Diretoria Executiva, com licitação, era de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e o informou que o valor de contratação da Sra. Sabrina Espíndola foi de 10 parcelas de R\$ 5.980,00 reais (cinco mil, novecentos e oitenta reais), totalizando R\$ 59.800,00 (cinquenta e nove mil e oitocentos reais). O Sr. Galvani perguntou porque os empregados do RH não poderiam



Caixa de Assistência dos Empregados de Fornos e Eletro nuclear

Sede: Rua Ipu nº 32 e 37- Botafogo
CEP: 22281-040 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (0xx21) 2528-6565

RCPJ-RJ 14/06/2021-42
EDTD54854GBE
fl.: 6/12

desenvolver o trabalho da Sra. Sabrina Espíndola. O Diretor-Presidente, Sr. João Batista Sarmet Franco, informou que era uma consultoria, e esta era temporária, com objetivo preparar o corpo funcional para exercer e desenvolver as estratégias fixadas pela Consultoria.

- Apresentação do Balanço das Atividades Sociais e Culturais referente ao Exercício de 2019. Em função da ausência do Diretor de Benefícios, Sr. João Batista Oliveira Coelho, o Diretor-Presidente, Sr. João Batista Sarmet Franco, assumiu a apresentação do Balanço das Atividades Sociais e Culturais referente ao Exercício de 2019. Neste momento, houve diversas manifestações da plenária em razão da ausência do diretor da área. O sr. Ricardo Rocha declarou que a ausência do Diretor de Benefícios não havia sido justificada. Foi informado pela Sra. Pâmella Sampaio Ribeiro, Secretária da Diretoria, que havia recebido uma ligação no dia anterior, em 16/11, do Diretor de Benefícios, apenas informando que este tinha compromissos inadiáveis. A própria equipe só havia ficado ciente da ausência no dia anterior. Dado o cenário das ausências dos diretores de Administração e Finanças e do Diretor de Benefícios, e as manifestações da plenária, o Sr. Galvani encaminhou proposta aos presentes de suspensão dos diretores ausentes, por 03 (três) meses, com suspensão do pagamento pró-labore. O Presidente da Mesa, Sr. Hélio César de Azevedo Santos, acatou a proposição, mas informou que deixaria a discussão e votação da proposta para o final da AGO, quando fossem discutir assuntos gerais. Os presentes concordaram.

A palavra foi passada para o Diretor-Presidente, Sr. João Batista Sarmet Franco, que apresentou balanço das atividades sociais e culturais de 2019, informando os valores gastos relativos aos seguintes benefícios: *empréstimo social* totalizou R\$ 238.721,49 (duzentos e trinta e oito mil, setecentos e vinte e um reais e quarenta e nove centavos); *auxílio funeral* totalizou R\$ 505.854,10 (quinhentos e cinco mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e dez centavos); *auxílio alimentação* totalizou R\$ 238.027,21 (duzentos e trinta e oito mil, vinte e sete reais e vinte e um centavos); *assistência social - doações* totalizou R\$ 69.229,85 (sessenta e nove mil, duzentos e vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos); *patrocínios* totalizaram R\$ 55.369,99 (cinquenta e cinco mil, trezentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos); *programa de saúde integral* totalizaram R\$ 481.018,40 (quatrocentos e oitenta e um mil, e dezoito reais e quarenta centavos); *os programas de integração* totalizaram R\$ 80.632,07 (oitenta mil, seiscentos e trinta e dois reais e sete centavos); o *programa de responsabilidade social* totalizou R\$ 135.248,62 (cento e trinta e cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais e sessenta e dois centavos); e foram efetuados 85 (oitenta e cinco) empréstimos de material ortopédico, incluindo cadeiras de rodas, muletas, andadores, cadeira higiênica, colchão casca de ovo, bengalas e botas ortopédicas.

1. Aprovação das demonstrações financeiras, contemplando as informações do Balanço Patrimonial e demonstração de resultado referente ao Exercício de 2019, conforme os termos do Art. 33, Inciso I do Estatuto Social em vigor. Em função da ausência do Diretor de Administração e Finanças, Sr. Roberto Gomes de Almeida, as empregadas Tania de Lima Teixeira – contadora, e Flávia Regina Domingues – responsável pelo Núcleo Financeiro, assumiram a apresentação das informações do Balanço Patrimonial e demonstração de resultado referente ao Exercício de 2019. A Sra. Tania de Lima Teixeira iniciou a apresentação fazendo a exposição da demonstração de resultado/2019: **o total de receitas foi de R\$ 8.520.892,34** (oito milhões, quinhentos e vinte mil, oitocentos e noventa e dois reais e trinta e quatro centavos) – incluindo: *RECEITA OPERACIONAL* em decorrência dos recebimentos das operações com seguros; *RECEITA FINANCEIRA*, em decorrência dos recebimentos das operações financeiras; *RECEITA EXTRAORDINÁRIA* e *RECEITA DE OPERAÇÕES COM*

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

AAA 021063397



Caixa de Assistência dos Empregados de Furnas e Eletro nuclear

Sede: Rua Ipu, nº 32 e 37- Botafogo
CEP: 22281-040 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (0xx21) 2528-6565

RCPJ-RJ 14/06/2021-42
EDTD54854GBE
fl.: 7/12

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TERCEIROS. Em seguida, passou ao total de despesas que foi de R\$ 27.185.594,09 (vinte e sete milhões, cento e oitenta e cinco mil, quinhentos e noventa e quatro reais e nove centavos), incluindo: *DESPESA OPERACIONAL* relativa a Operações com Seguros; despesas de *OPERAÇÕES COM ASSOCIADOS*; despesas de *OPERAÇÕES COM TERCEIROS*; despesas de *OPERAÇÕES FINANCEIRAS*; despesas de *RECURSOS HUMANOS*; despesas *ADMINISTRATIVAS*; *DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS*; *PROVISÕES PARA PERDAS E AJUSTES* e despesas provisionadas para *PROCESSO E DEPOSITO JUDICIAL*, no montante de R\$ 17.003.148,22 (dezessete milhões, três mil, e cento e quarenta e oito reais e vinte e dois centavos). Este último chamou a atenção da plenária, que demandou explicações, uma vez que casou grande impacto no balanço. A contadora Tania de Lima Teixeira esclareceu que o valor de aproximadamente R\$ 17 (dezessete) milhões precisou constar do balanço em função de provisionamento para processos judiciais, especialmente relativo a um processo que a Eletro nuclear movia contra a CAEFE, que resultava no maior valor de provisão. Os advogados foram chamados a esclarecimentos. O Dr. Tiago Cunha, representante jurídico da CAEFE, informou que, com relação especificamente ao processo da Eletro nuclear, foi necessário o provisionamento de aproximadamente R\$ 15 (quinze) milhões de reais. Reforçou que houve uma sentença desfavorável no início de 2019, e o escritório jurídico ingressou com recurso; o resultado deste processo ainda apresenta possibilidade de recursos, e o valor de R\$ 15 (quinze) milhões ainda não era devido, mas deveria estar disponibilizado no balanço. Falou que toda defesa preparada pelo atual escritório à época (Escritório Haanwinkel) reuniu diversos elementos favoráveis à CAEFE, incluindo as provas periciais feitas na ocasião. Entretanto, informou que o atual escritório ficou afastado por quase 03 (três) anos (2017, 2018 e 2019 até outubro), e esta sentença se deu quando da atuação de outro escritório que prestava serviço para a CAEFE neste período. Falou que a CAEFE deveria aguardar o julgamento do recurso. Além desse processo, o advogado Tiago Cunha relatou outros processos que precisavam de provisionamento, esclarecendo dúvidas da plenária. O Presidente do Mesa, Sr. Hélio César de Azevedo Santos, informou que também estavam em contato com a Eletro nuclear para discutir uma saída em comum acordo para essa ação. Infelizmente, em função da contabilização destes montantes para possível pagamento dos processos, o resultado foi negativo em R\$ 18.664.701,75 (dezoito milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, setecentos e um reais, e setenta e cinco centavos) para o Exercício/19.

É a palavra foi passada para Presidente do Conselho Fiscal, Sr. Cleber Rodrigues Lima, que informou que os membros do Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, apreciando as Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício de 2019 e considerando o exame final realizado, para o qual contaram com o relatório circunstanciado e parecer final elaborado pela empresa Russel Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, datado de 20 de outubro de 2020, recomendavam a Assembleia Geral Ordinária, composta por membros associados e demais participantes, a APROVAÇÃO das Demonstrações Contábeis do Exercício 2019, apontando algumas ressalvas e dando ênfase a outros pontos. **RESSALVAS:** (1) A CAEFE é questionada pela Secretaria Municipal da Fazenda do Rio de Janeiro, referente à incidência de ISS sobre as receitas com operações de seguros, citada através do Auto de Infração n. 100.901, lavrado em 17/09/2003, no montante de R\$ 1.013.160,99 (um milhão e treze mil, cento e sessenta reais e noventa e nove centavos). O valor provisionado contabilmente está atualizado em 2.297.545,00 (dois milhões, duzentos e noventa e sete mil, quinhentos e quarenta e cinco). (2) A CAEFE precisou efetuar o provisionamento no valor de R\$ 17.048.456,46 (dezessete milhões, quarenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e quarenta e seis centavos) referentes aos seguintes processos:

[Handwritten signatures]

AAA 021063398



Caixa de Assistência dos Empregados de Furnas e Eletronuclear

Sede: Rua Ipu, nº 32 e 37 - Botafogo
 CEP: 22281-040 - Rio de Janeiro - RJ
 Tel.: (0xx21) 2528-6505

NOME	HISTÓRICO		VALOR CONTABILIZADO
ELETOBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR	PROVISÃO PROCESSO 0271591-50.2011.8.19.0001	DISSOLUÇÃO SOCIEDADE	15.165.037,43
FURNAS CENTRAIS ELETRICA S/A	PROVISÃO PROCESSO 0142728-76.2001.8.19.0001	RESSARCIMENTO SALÁRIO DIRETOR	1.651.283,53
ROGÉRIO ROCHA DA CRUZ	PROCESSO 0026660-30.2013.8.19.0209	SEGURO DE VIDA MAPFRE	232.135,50

ÊNFASES: (3) Continua o entendimento que corrobora apontamentos efetuados nas atas do Conselho Fiscal ao longo do Exercício 2019 e nos relatórios das auditorias realizadas de que a falta de ferramentas e processos mais eficientes, no controle e recebimento dos créditos originários de seguros da CAEFE devem ser necessariamente corrigidos pelos órgãos competentes de forma a subsidiar a tomada de decisões executivas eficazes e, por consequência, trazer melhores resultados da Instituição. Tais apontamentos requerem um melhor sistema de conciliação, assim como melhor integração de informações pelos setores de seguros, de informática, contábil e financeiro. (4) LGPD - A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), ou Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, refere-se ao tratamento dos dados pessoais, inclusive digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado. Esta lei aplica-se a qualquer operação de dados tratados ou coletados no território nacional ou que a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou fornecimento de bens ou serviços. O não cumprimento da lei pelas empresas pode gerar desde advertências com adoção de medidas corretivas, multa simples (até 2% do faturamento limitado a 50 (cinquenta) milhões de reais por infração) bloqueio ou eliminação dos dados da infração, até eliminação dos dados objeto da infração. A CAEFE deve, desta forma, tratar o assunto de forma a regularizar todo o seu processamento de dados a fim de estar em conformidade com a lei supracitada. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** (5) Enfatiza-se que, embora a Prestação de Contas se refira ao Exercício de 2019, se aproxima também o final do Exercício de 2020, um ano de ordem global atípica, com impacto financeiro em praticamente todas as empresas e economias mundiais. O olhar do Conselho Fiscal é de que a CAEFE vem atravessando esse período remanescendo como uma instituição financeiramente estável, mas as decisões estratégicas a serem tomadas no próximo Exercício (2021) devem ser precisas e cirúrgicas no sentido de acompanhar, avaliar e minimizar a evolução dos passivos atuariais em relação ao patrimônio total da Instituição.

Em seguida, o Presidente da Mesa, Sr. Hélio César de Azevedo Santos, designou a Conselheira Deliberativa e Vice-Presidente do Conselho Deliberativo, Sra. Angélica Soares da Silva Loureiro, para apresentar o parecer do Conselho Deliberativo com relação ao Balanço apresentado, a seguir transcrito: "Os membros do Conselho Deliberativo da CAEFE - Caixa de Assistência dos Empregados de Furnas e Eletronuclear, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, apreciando as Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício de 2019 e considerando o exame final realizado, para o qual contaram com o relatório circunstanciado e parecer final elaborado pela empresa Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, datado de 20 de outubro de 2020, recomendam a esta Assembleia Geral Ordinária, composta por membros associados e demais participantes, a **REPROVAÇÃO das Demonstrações Contábeis do Exercício 2019**, justificadas pelas ressalvas apontadas no referido relatório de auditoria, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das






Caixa de Assistência dos Empregados de Furnas e Eletronuclear

Sede: Rua Ipu, nº 32 e 37- Botafogo
CEP: 22281-040 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (0xx21) 2528-6565

RCPJ-RJ 14/06/2021-42
EDTD54854GBE
fl.: 9/12

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

principais políticas contábeis e demais notas explicativas, além de analisar e emitir relatório de controles internos e segurança da informação a saber: **AUSÊNCIA DE CONFIRMAÇÃO DE SALDO DE CIRCULARIZAÇÃO NO BANCO BRADESCO.**

Considerando a ausência de confirmação de saldos por meio de circularização dos saldos existentes no Banco Bradesco S/A e a afirmação da Auditoria de não ter recebido a confirmação externa dos saldos de disponibilidades em 31 de dezembro de 2019 da Entidade pela Instituição Financeira, que correspondia a R\$ 9.044.603 (nove milhões, quarenta e quatro mil, seiscentos e três reais). Até o presente momento não foi apresentado a este Colegiado nenhum documento, sendo temerário um posicionamento afirmativo deste Conselho quanto a este item. **AUSÊNCIA DE RECONHECIMENTO DA RECEITA FINANCEIRA DE APLICAÇÕES NO TOTAL DE DISPONIBILIDADES.** Considerando a ausência de reconhecimento da receita financeira de aplicações no total de Disponibilidades em 31 de dezembro de 2019, cuja o saldo apresentado na conta de aplicações financeiras era de R\$ 40.669.377 (quarenta milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, trezentos e setenta e sete reais). Porém, foi identificado pela Auditoria Externa uma diferença de R\$ 1.382.580 (hum milhão, trezentos e oitenta e dois mil, quinhentos e oitenta reais) a menor no saldo contábil ao ser confrontado com o saldo disposto nos extratos bancários. As colocações da Auditoria foram questionadas por este Colegiado sem as devidas justificativas, assim não há como emitir um posicionamento afirmativo quanto a este item. **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.** Inexistência de 100% dos contratos vigentes no sistema, bem como diversos contratos sem assinatura foram identificados. Além disso, houve identificação de pagamentos a fornecedores por meios de contratos vencidos. (RA 3527/20 de 10 de outubro de 2020 – Relatório de Recomendações sobre Controles Internos...)

Em que pese as diversas recomendações do Conselho Deliberativo para ajustes no setor de Contratos, não houve qualquer atitude executiva e operacional até o presente momento para sanear o problema, por mais que já houvesse manifestações externadas e formalizadas pelo Conselho Deliberativo. **AUDITORIA TI.** Em 2018 foi contratada a empresa BCR Tecnologia em Informática Ltda, inscrita sob o CNPJ 06.276.123/0001-36 para criar e implantar um sistema integrado na CAEFE, com cronograma para estar em pleno funcionamento em março 2020. A Auditoria chegou à conclusão que o sistema ainda não se encontra operacional até o presente momento, encontrando-se aguardo de homologações pelos funcionários. **CONTAS A RECEBER.** Refere-se ao reembolso de despesas administrativas da CAEFE por parte das empresas associadas, pelos serviços prestados na administração dos benefícios a seus associados, bem como as operações com funcionários e com outros fornecedores de serviços. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo apresentado nas contas de Operações c/ seguros e Operações c/ associados no ativo circulante era de R\$ 5.258.169 (cinco milhões duzentos e cinquenta e oito mil, cento e sessenta e nove reais) e 756.107 (setecentos e cinquenta e seis mil, cento e sete reais), respectivamente, somando o total de R\$ 6.014.277 (seis milhões, quatorze mil, duzentos e setenta e sete reais), não sendo fornecidos documentos que comprovassem a existência de R\$ 2.006.785 (dois milhões, seis mil, setecentos e oitenta e cinco reais). E, foi justificado pela Administração que diante da dinamicidade do sistema de cobrança tal fato impossibilita a geração de relatórios com data retroativa, bem como não há um controle compensatório para validar as premissas das provisões para perda sobre devedores duvidosos, assim não temos há como corroborar o valor lançado em provisão de R\$ 1.585.043 (hum milhão, quinhentos e oitenta e cinco mil, quarenta e três reais) se está calculado corretamente com base nas premissas devidas. (RA 3527/20 de 10 de outubro de 2020 – Relatório de Recomendações sobre Controles Internos...). O Conselho Deliberativo tem reiteradamente solicitado o aperfeiçoamento do sistema de gerenciamento de cobrança e controle de dívidas, sendo que havia a previsão de que o sistema de informática da empresa BCR – Tecnologia

AAA 021063400

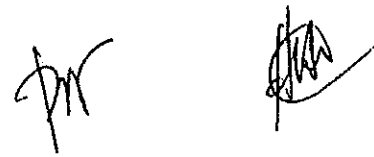


em Informática Ltda. iria sanar esta vulnerabilidade. **CONCLUSÃO.** Face as opiniões adversas apontadas nos relatórios de auditoria efetuados pela RUSSELL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S, decidiu o Conselho Deliberativo reprová-la a Prestação de Contas do Exercício de 2019 tendo como justificativas as referidas opiniões adversas acima descritas."

Após as apresentações, foi aberto espaço para as considerações dos associados. Os associados João Carlos Ferreira da Silva e o Sr. Mario Pasquale Bellafronte declararam que era bastante preocupante as apresentações feitas, incluindo as discordâncias dos pareceres e pediram que fossem feitas amplas apresentações documentais para justificar os apontamentos do Conselho Deliberativo. O sr. Mario Pasquale Bellafronte e o Sr. Dalton pediram que os balancetes mensais fossem divulgados no site. Sobre a postagem dos balancetes no site da CAEFE, a sra. Hilma Maia, responsável pela comunicação da CAEFE, justificou que teve problemas com a empresa de comunicação que prestava manutenção do site foi rescindido o contrato, por isso o atraso nas postagens, mas estavam postados até o Exercício/19. O Sr. Dalton pediu registro em ata que os balancetes estavam disponíveis em áreas diferentes do site, e isso levava à confusão.

Com relação à justificativa da reprovação das contas em função dos apontamentos da auditoria externa emitido pelo Conselho Deliberativo, a Diretoria pediu espaço de defesa, e alguns apontamentos foram justificados pela Sra. Tania de Lima Teixeira e pelo Sr. Valnei Dias: **AUSÊNCIA DE CONFIRMAÇÃO DE SALDO DE CIRCULARIZAÇÃO NO BANCO BRADESCO.** A Sra. Tania de Lima Teixeira justificou que esta última auditoria teve um prazo curtíssimo (45 dias), e que a carta de circularização que confirma o saldo no banco Bradesco, que deveria ter sido enviada a auditoria a tempo não chegou. Entretanto, após consulta ao banco, foi informado que a carta havia sido enviada, mas o relatório já estava fechado, desta forma, a análise não foi feita e a pendência ficou em aberta. O Sr. Ricardo Rocha de Castro perguntou se a CAEFE tinha a carta de circularização. A contadora Tania de Lima Teixeira demonstrou à plenária a solicitação da CAEFE ao Bradesco e que até o fechamento da auditoria o Bradesco informou que havia enviado, mas auditoria declarou que não havia recebido. **AUDITORIA TI.** O Sr. Valnei Dias, empregado do Núcleo de TI da CAEFE, informou que, embora constasse essa pendência, o sistema contratado estava sendo finalizado, já na reta final das homologações; assim, a prestação de serviço estava sendo concluída. **AUSÊNCIA DE RECONHECIMENTO DA RECEITA FINANCEIRA DE APLICAÇÕES NO TOTAL DE DISPONIBILIDADES.** A Sra. Tania de Lima Teixeira esclareceu que o registro do saldo das receitas financeiras no final do Exercício/19 aparecia nas notas explicativas do Balanço; não foi contabilizada por se tratar de aplicação que não havia sido realizada, podendo, em função das oscilações do mercado, aumentar ou diminuir não se tratando de um valor fixo; e que todos os saldos, cujas aplicações estavam custodiadas pelas corretoras (Ágora e XP) eram mensalmente disponibilizados a todos os membros da gestão, mas que pela recomendação, passaria a contabilizar o que estava disponível ao final do Exercício. Era uma questão de ajuste no balanço.

- **Votação da aprovação das demonstrações financeiras, contemplando as informações do Balanço Patrimonial e demonstração de resultado referente ao Exercício de 2019, conforme os termos do Art. 33, inciso I do Estatuto Social em vigor:** Registra-se em ata que, conforme art. 31 do Estatuto Social em vigor, os membros dos conselhos deliberativo, conselho fiscal e diretoria executiva não podem votar em assuntos que sejam diretamente interessados, especialmente na prestação de contas. O conselheiro Deliberativo José Cláudio Cerdeira Campos questionou a participação e a





Caixa de Assistência dos Empregados de Furnas e Eletronuclear

Sede: Rua Ipu, nº 32 e 37 - Botafogo
 CEP: 22201-040 - Rio de Janeiro - RJ
 Tel.: (0xx21) 2528-6565

elegibilidade Sra. Sabrina Espíndola, consultora de RH (empresa HIT – Hub Innovation Talent) para votar no mérito; declarou aos presentes que esta não era associada da CAEFE; que a mesma era esposa de funcionário da Real Grandeza. A Sra. Sabrina Espíndola informou que era, sim, associada da CAEFE; que possuía matrícula e seguro de veículo na Instituição; que foi funcionária da Real Grandeza por dez anos. Para dirimir a dúvida, foi lido o Estatuto Social, art. 9º, que dispõe sobre a definição de associados titulares; no art 9º, Inciso III, diz que são considerados associados titulares os “ex-empregados de empresas conveniadas a CAEFE e da própria CAEFE”. Sendo assim, foi verificado que a Sra. Sabrina Espíndola era sim associada titular da CAEFE e poderia votar.

O Presidente da Mesa Diretora, Sr. Hélio César de Azevedo Santos, colocou em votação a aprovação das demonstrações financeiras, contemplando as informações do Balanço Patrimonial e demonstração de resultado referente ao Exercício de 2019, conforme os termos do Art. 33, inciso I do Estatuto Social em vigor. **A Assembleia reprovou, por maioria, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício Financeiro de 2019 e seus respectivos relatórios.**

Registra-se que o alto índice de abstenção indica que o assunto continua pouco esclarecido.

2. Assuntos Gerais. O Presidente da Mesa, Sr. Hélio César de Azevedo Santos, informou que colocaria em debate a proposição do Sr. Galvani, de suspender os Diretores de Administração e Finanças, Sr. Roberto Gomes de Almeida, e o Diretor de Benefícios, Sr. João Batista de Oliveira Coelho, em função das ausências na assembleia. Iniciou-se uma discussão sobre quais participantes estariam elegíveis a votar no mérito, e se os membros da gestão poderiam votar. O Presidente do Conselho Fiscal, Sr. Cleber Rodrigues Lima, informou que era salutar os gestores votassem, já que as consequências administrativas dessas suspensões recairiam sobre os gestores remanescentes; desta forma, acha pertinente sim, que aqueles que precisaram administrar a casa emitissem seus votos, já que precisariam lidar com as consequências práticas da falta de 02 (dois) gestores executivos. O advogado Cláudio Paiva declarou que esta votação não estaria regular conforme os dispositivos estatutários: (1) a destituição de qualquer membro da gestão deve ser feita em assembleia extraordinária (art. 34, inciso II do Estatuto), o que não era o caso desta assembleia, que era ordinária para aprovação das contas; e não havia previsão de debate deste mérito; (2) A apuração de irregularidades deve ser feita pelo instauração de processo administrativo, conduzido pelo Presidente do Conselho Deliberativo (art. 42, §1º e §2º); e (3) aos acusados deve ser concedido direito de defesa (art. 42, §3º); os acusados não estavam presentes para defesa, e um deles, inclusive, tinha justificativa médica. O advogado Cláudio Paiva reiterou que esses vícios no processo poderiam levar à anulação da decisão. Após as considerações, o associado Galvani foi perguntado sobre a manutenção da proposta de suspensão. O associado manteve a proposta de suspender os Diretores de Administração e Finanças, Sr. Roberto Gomes de Almeida, e o Diretor de Benefícios, Sr. João Batista de Oliveira Coelho, em função das ausências na assembleia por 03 (três) meses com suspensão do recebimento do pró-labore durante o período. Todos concordaram em proceder a votação.

- Votação da suspensão: A plenária rejeitou, por maioria, a proposta de suspender por 03 (três) meses com suspensão do recebimento do pró-labore durante o período os Diretores de Administração e Finanças, Sr. Roberto Gomes de Almeida, e o Diretor de Benefícios, Sr. João Batista de Oliveira Coelho, em função das ausências na assembleia.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Caixa de Assistência dos Empregados de Furnas e Eletronuclear

Sede: Rua Ipu, nº 32 e 37- Botafogo
CEP: 22281-040 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (0xx21) 2528-6565

RCPJ-RJ 14/06/2021-42
EDTD54854GBE
fl.: 12/12

- **Encerramento:** Por fim, encerrada a ordem do dia, foi declarada encerrada a Assembleia às 17h e lavrada a presente ata, que, aprovada por todos os presentes, segue firmada pelo, Presidente da Mesa, Sr. Hélio César de Azevedo Santos, e pela Secretária da Mesa, Sra. Patrícia Cristina Fonseca de Aguiar.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2020.

HÉLIO CÉSAR DE AZEVEDO SANTOS
Presidente da Mesa Diretora

PATRÍCIA CRISTINA FONSECA DE AGUIAR
Secretária da Mesa Diretora

- Anexo I – Lista de Presença.
- Anexo II – Balanço do Exercício de 2019.

Parte integrante e indissociável da ata da Assembleia realizada em 17 de novembro de 2020, às 10h30.

Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Comarca da Capital do Rio de Janeiro
Rua México, 148, 3º andar, Centro

CERTIFICO A AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA, PROTOCOLO E DATA ABAIXO
Matr. 183694
202103171711263 14/06/2021
Eml: 48,79 Tributo: 16,59
Selo: EDTD 54854 GBE
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>
Verifique autenticidade em rcpjrf.com.br ou pelo QRCode ao lado

Rodolfo P. de Moraes
Oficial



ANEXO I

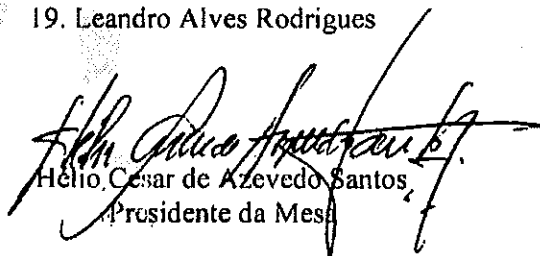
CAEFE - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS EMPREGADOS DE FURNAS E ELETRONUCLEAR

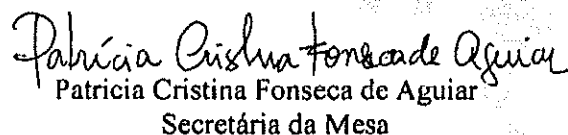
CNPJ: 03.972.226/0001-42 MATRÍCULA: 183.694

LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO)

REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2020, ÀS 10H30

- | | |
|-------------------------------------|--------------------------------|
| 1. Abel Almeida Campos | 20. Liana Peters Carneiro |
| 2. Angelia Soares | 21. Lúcia pereira |
| 3. Attila de Castro Filho | 22. Luis Claudio Gomes Pedro |
| 4. Caroline Neves | 23. Luiz Alberto Pimenta |
| 5. Cleber Lima | 24. Mario Pasquale Bellafronte |
| 6. Cristiene Zaidan | 25. Nilo Duplat |
| 7. Dalton de Oliveira Silva | 26. Oldegar Sapucaia |
| 8. Flávia Regina Domingues da Silva | 27. Pâmella Sampaio Ribeiro |
| 9. Galvani Alves | 28. Patrícia Aguiar |
| 10. Hélio Cesar de Azevedo Santos | 29. Rafael Barreto |
| 11. Hilma Maia | 30. Renato Vilaça de Freitas |
| 12. Isabel Paltrinieri | 31. Ricardo Rocha de Castro |
| 13. Joao Batista Oliveira Coelho | 32. Roberto Gomes de Almeida |
| 14. João Batista Sarmet Franco | 33. Sabrina Viana Espíndola |
| 15. Jorge Garcia Rosadas | 34. Sérgio Mauro Almeida |
| 16. José Claudio Cerdeira Campos | 35. Tania de Lima Teixeira |
| 17. José Hidelberto Monte Chahim | 36. Valnei dos Santos Dias |
| 18. José Lins | 37. Viviane Lopes da Costa |
| 19. Leandro Alves Rodrigues | |


Hélio Cesar de Azevedo Santos
Presidente da Mesa


Patrícia Cristina Fonseca de Aguiar
Secretária da Mesa

Parte integrante e indissociável da ata da Assembleia realizada realizada em 17 de novembro de 2020, às 10h30.



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO 2019 E 2018
(Em Reais)

ATIVO	2019	2018 RECLASSIFICADO
CIRCULANTE	46.285.969,55	48.565.704,19
DISPONÍVEL	42.055.321,03	41.538.851,74
Caixa	1.670,05	2.221,12
Banco c/movimento	1.384.273,58	553.559,76
Aplicações de liquidez imediata	40.669.377,40	40.983.070,86
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	4.230.648,52	7.026.852,45
Operações c/ seguros	5.258.169,15	7.085.755,45
Operações c/ associados	756.107,87	645.635,62
Contas a Receber Diversas	15.000.580,34	15.000.580,34
(-) Provisões para perdas e ajustes	(15.257.525,36)	(15.257.525,36)
Adiantamentos e Outros Ativos	58.359,13	157.156,58
(-) Provisões p/devedores duvidosos	(1.585.042,61)	(604.750,18)
NÃO CIRCULANTE	1.760.297,58	1.795.274,75
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	256.945,02	256.945,02
Processos Judiciais e Fiscais	256.945,02	256.945,02
PERMANENTE	1.503.352,56	1.538.329,73
Investimento	8.493,87	8.181,58
Imobilizado	1.216.787,43	1.329.165,34
Intangível	278.071,26	200.982,81
TOTAL DO ATIVO	48.046.267,13	50.360.978,94
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE	5.347.264,63	6.016.037,06
Operações c/ seguros	4.598.023,05	4.938.088,01
Operações c/ associados	2.280,00	20.840,00
Débitos Diversos	283.484,45	671.931,44
Provisões	463.477,13	385.177,61
NÃO CIRCULANTE	19.346.001,63	2.284.191,38
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	19.346.001,63	2.284.191,38
Provisão Contingência Fiscal - ISS	2.297.545,17	2.238.883,14
Processo Judicial	17.048.456,46	45.308,24
PATRIMÔNIO SOCIAL	23.353.000,87	42.060.750,50
Patrimônio social	23.290.501,23	42.004.118,08
FAES - Fundo de Amparo ao Empréstimo Social	62.499,64	56.632,42
TOTAL DO PASSIVO	48.046.267,13	50.360.978,94

[Handwritten signatures]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

AAA 021063404



**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO PARA O PERÍODO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em Reais)**

	2019	2018 RECLASSIFICADO
RECEITAS	8.520.892,34	11.967.232,42
RECEITA OPERACIONAL	7.177.300,70	10.800.324,07
Operações c/seguros	6.907.053,04	10.493.659,95
Operações c/associados	270.247,66	306.664,12
OPERAÇÕES COM TERCEIROS	82.810,69	84.223,71
Operações c/terceiros	82.810,69	84.223,71
RECEITA FINANCEIRA	1.223.813,16	1.062.436,46
Receita Aplicação	2.167.601,14	2.454.615,54
Receita Aplicação Renda Variável	107.908,18	28.106,95
IRRF e COFINS s/aplicação	(1.051.696,16)	(1.420.286,03)
RECEITA EXTRAORDINARIA	36.967,79	20.248,18
Reversão para Perdas e Ajustes	36.967,79	20.248,18
DESPESAS	(27.185.594,09)	(10.538.163,89)
DESPESA OPERACIONAL	(28.413,41)	(26.657,28)
Operações c/Seguros	(28.413,41)	(26.657,28)
OPERAÇÕES COM ASSOCIADOS	(1.242.145,19)	(1.910.619,97)
OPERAÇÕES COM TERCEIROS	(190.577,67)	(205.111,88)
Operações c/Terceiros	(190.577,67)	(205.111,88)
OPERAÇÕES FINANCEIRAS	(319.024,08)	(194.418,47)
Operações Financeiras	(319.024,08)	(194.418,47)
RECURSOS HUMANOS	(4.734.585,31)	(5.245.940,80)
Despesas com empregados	(4.519.017,31)	(5.078.892,34)
Despesas Remuneração Diretoria	(215.568,00)	(167.048,46)
DESPESAS ADMINISTRATIVA	(2.629.378,94)	(2.483.802,14)
Despesas Administrativa	(2.429.420,59)	(2.268.555,08)
Depreciação	(125.884,86)	(128.478,56)
Amortização	(15.411,46)	(23.547,24)
Contigência Fiscal - ISS	(58.662,03)	(63.221,26)
PROCESSO E DEPOSITO JUDICIAL	(17.003.148,22)	-
DESPESAS EXTRAORDINARIAS	(27.500,09)	(1.661,42)
PROVISÕES PARA PERDAS E AJUSTES	(1.010.821,18)	(469.951,93)
RESULTADO DO PERÍODO -SUPERÁVIT	(18.664.701,75)	1.429.068,53

Rio de Janeiro, 31 de dezembro 2019

Roberto Gomes de Almeida
Diretor de Administração e Finanças

Tainá de Lima Teixeira
Contadora - CRC - RJ-074879/O-0



Demonstração do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2019

ATIVIDADE OPERACIONAL	2019	2018 RECLASSIFICADO
Superávit ou Déficit do Exercício	-18.664.701,75	1.429.068,53
Ajustes do Superávit do Exercício		
Depreciação e amortização	-21.823,44	132.498,77
FAES	5.867,22	-7.030,83
Constituição de Provisão para Devedores Duvidosos	1.010.821,18	469.951,93
Constituição de Provisão para Contingências	17.061.810,25	-3.438.819,21
Superávit do Exercício Ajustado	-608.026,54	-1.414.330,81
Ajustes do Superávit do Exercício Anterior		
Ajuste do Exercício Anterior	-48.915,10	2.939.782,77
Ajuste Superávit do Exercício Anterior	-48.915,10	2.939.782,77
TOTAL AJUSTESUPERAVIT	-656.941,64	1.525.451,96
(Aumento) Diminuição das Contas do Ativo		
Operações com Seguros	1.827.586,30	-1.329.310,95
Operações com Associados	-110.472,25	-202.400,45
Adiantamentos e Outros Ativos	98.797,45	-101.001,92
Provisões p/ Perdas e Ajustes	0,00	256.945,02
Realizável a Longo Prazo	0,00	-256.945,02
Ajuste das Provisões p/ Devedores Duvidosos de anos anteriores	-30.528,75	-8.276,05
Aumento (Diminuição) das Contas do Passivo		
Operações com Seguros	-340.064,96	335.803,48
Operações com Associados	-18.560,00	18.340,00
Débitos Diversos	-388.446,99	499.982,61
Provisões Diversas	78.299,52	33.443,45
FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO PELA ATIVIDADE OPERACIONAL	1.116.610,32	-753.419,83
ATIVIDADE DE INVESTIMENTOS		
Adições do Investimento	-312,29	-681,71
Adições de Imobilizado	-13.506,04	-169.069,02
Adições no Intangível	70.618,94	388.839,12
FLUXO DE CAIXA APLICADO NA ATIVIDADE DE INVESTIMENTOS	56.800,61	219.088,39
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	516.469,29	991.120,52
Disponibilidade do Início do Período	41.538.851,74	40.547.731,22
Disponibilidade do Final do Período	42.055.321,03	41.538.851,74
Aumento/Redução Líquido em Disponibilidades	516.469,29	991.120,52

Roberto Gomes de Almeida
Diretor de Administração e Finanças

Tania de Lima Loureiro
Contadora - CRC - RJ-074879/O-0



Demonstração das Mutações do Patrimônio Social - Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

DESCRIÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL	FAES - Fundo de Amparo ao Emp.Social	SUPERÁVIT / DÉFICIT ACUMULADO	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2017 - AJUSTADO	19.617.739,13	63.663,25	18.017.527,65	37.698.930,03
Ajuste Exercícios Anteriores			2.939.782,77	2.939.782,77
Superávit do Exercício			1.429.068,53	1.429.068,53
Fundo de Reserva				0,00
Fundo de Amparo ao Empréstimo Social		7.030,83		7.030,83
Saldo em 31 de dezembro de 2018 - AJUSTADO	19.617.739,13	56.632,42	22.386.378,95	42.060.750,50
Ajuste Exercícios Anteriores			-48.915,10	48.915,10
Superávit do Exercício			-18.664.701,75	18.664.701,75
Fundo de Reserva				0,00
Fundo de Amparo ao Empréstimo Social		5.867,22		5.867,22
Saldo em 31 de dezembro de 2019	19.617.739,13	62.499,64	3.672.762,10	23.353.000,87

Roberto Gomes de Almeida
Diretor de Administração e Finanças

Tania de Oliveira Teixeira
Contadora - CRC - RJ-074879/O-0

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018

1. Contexto Operacional

A CAEFE – Caixa de Assistência dos Empregados de Furnas e da Eletronuclear é uma sociedade civil de fins assistências e não lucrativos, tendo por objetivo desenvolver ações voltadas para a preservação da qualidade de vida dos empregados de Furnas Centrais Elétricas S/A e Eletronuclear S/A – Eletronuclear; dos funcionários da Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social e de outros filiados à CAEFE (aposentados, pensionistas, empregados da própria CAEFE e empregados de outras empresas e fundações do setor energéticos que venham a se conveniar), quer durante o ciclo produtivo de sua existência, quer ao longo do período de sua aposentadoria. Foi constituída através de assembleia realizada pelos funcionários das Empresas acima citadas em 17/07/2000, começando suas atividades em 02/08/2000.

A CAEFE teve seu Estatuto Social alterado e aprovado pela Assembleia realizada em 17/07/2019, averbado em 07/01/2020, junto ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca do Rio de Janeiro.

1.1 Posse Diretoria

No dia 17 de julho de 2017, através da Assembleia Geral Extraordinária, foi dado posse aos novos membros da Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, com mandato de 17 de julho de 2017 a 31 de março de 2021.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pela Interpretação Técnica Geral (ITG).

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais. A moeda funcional da CAEFE é o Real.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 incluindo as notas explicativas são de responsabilidade da Administração da CAEFE, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 15 de outubro de 2020.

3. Principais práticas contábeis

Foram aplicadas as práticas contábeis conforme os pronunciamentos NBC TG 1000 10/12/2009 “Contabilidade para pequenas e Médias Empresas” e ITG 2002 (R1) de 21/08/2015 “Entidades sem finalidades de lucros” ambas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

3.1 Apuração de resultados – receita e despesas

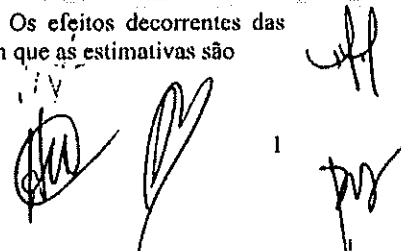
As receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo princípio da competência;

3.2 Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são



revistas, se a revisão afetar apenas este exercício ou também em exercícios posteriores se a revisão afetar tanto o exercício presente como os exercícios futuros.
 A estimativa de perda sobre os créditos é efetuada de acordo com análise individual dos mesmos em montante considerado suficiente pela Administração.

4. ATIVO

4.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC -TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

	<u>2018</u>	<u>2019</u>
SALDO CAIXA	2.221,12	1.670,05
SALDO BANCO	553.559,76	1.384.273,58
TOTAL	555.780,88	1.385.943,63

4.2 Aplicação financeira

As aplicações financeiras são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço;
 Compreendem os investimentos financeiros em aplicações financeiras com prazos de resgate superiores a 90 dias da data da aplicação. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Aplicações de Liquidez Imediata

Referem-se às aplicações em fundo de renda fixa e renda variável

	<u>2018</u>	<u>2019</u>
- Bradesco Aplicação em FIF PLUS I	11.481.884,75	8.164.164,76
- Bradesco Aplicação CDB Facil CDI	188.751,23	0,00
- CECREMEF Aplicação DAP-CDI	13.787.705,84	5.312.237,05
- Bradesco Aplicação INVEST FÁCIL	279.355,01	880.438,46
- ÁGORA Corretora de Títulos e Valores Imobiliários -RENDA VARIÁVEL	1.608.571,00	2.069.371,00
- XP Investimento CCTVM S/A-RENDA VARIÁVEL	700.976,00	3.703.389,00
- XP Investimento CCTVM S/A-NOTA DO TESOIRO – RENDA FIXA	6.299.160,62	11.188.716,95
- ÁGORA Corretora de Títulos e Valores - NOTA DO TESOIRO – RENDA FIXA	6.603.140,93	9.111.410,77
- ÁGORA Corretora de Títulos e Valores Imobiliários	33.525,48	3.974,32
- Banco Santander	0,00	235.675,09
<u>TOTAL</u>	<u>40.983.070,86</u>	<u>40.669.377,40</u>

COMPOSIÇÃO APLICAÇÃO RENDA VARIÁVEL ATUALIZADO EM 31.12.2019

XP INVESTIMENTOS

ATIVOS	DATA COMPRA	QT	VL COMPRA	COTAÇÃO	VL COTA EM 12/2019	VL ATUALIZADO	%
BTOW3	abr/18	2.000	31,70	63.397,00	62,86	125.720,00	98,31%
BB	jul e out/2018	6.000	35,35	212.119,00	52,82	316.920,00	49,41%
PETROBRAS	fev e out/2018	6.000	24,01	144.040,00	30,18	181.080,00	25,72%
IRBBRASIL	set/18	12.000	36,75	441.000,00	38,95	467.400,00	5,99%
VIAVAREJO							
VVAR3	jul/19	20.000	6,26	125.200,00	11,17	223.400,00	78,43%
BRF S/A	jul e ago/2019	10.000	34,03	340.250,00	35,20	352.000,00	3,45%
B3SA3	ago/19	15.000	43,35	650.180,00			
B3	dez/19	35.000	49,35	1.727.203,00			
TOTAL B3		50.000		2.377.383,00	42,64	2.132.000,00	-10,32%
				3.703.389,00		3.798.520,00	2,57%

ÁGORA INVESTIMENTOS

ATIVOS	DATA COMPRA	QT	VL COMPRA	COTAÇÃO	VL COTA EM 12/2019	VL ATUALIZADO	%
B3SA3	dez/18	30.000	28,87	865.997,00	43,24	1.297.200,00	49,79%
BB	jan/18	2.000	34,63	69.260,00	53,00	106.000,00	53,05%
PETROBRAS	mai e jan/2018	12.000	22,66	271.900,00	30,78	369.360,00	35,84%
VALE	fev e out/2018	8.000	50,18	401.414,00	54,78	438.240,00	9,17%
IRBBRASIL	out/19	12.000	38,40	460.800,00	39,30	471.600,00	2,34%
				2.069.371,00		2.682.400,00	29,62%

F.I MULTIMERCADO PLUS I - BRADESCO

Aplicação efetuada pela aquisição de cotas, com valor diário. O rendimento é efetuado pela diferença do valor da cota de aquisição e a do resgate. A remuneração corresponde em 100% (cem por cento) da variação mensal da taxa pós-fixada do CDI.

INVESTIMENTO - SICOOB CECREMEF

Investimentos efetuados em DAP (Depósitos a Prazo) e RDC (Recibos de Depósitos Cooperativos), a longo prazo. São remunerados entre 100% (cem por cento) e 105% (cento e cinco por cento) da variação mensal da taxa pós-fixada do CDI.

[Handwritten signatures and initials]



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

INVEST FÁCIL BRADESCO

O Invest Fácil Bradesco é uma modalidade de Certificado de Depósito Bancário com serviço de aplicação automática de recursos disponíveis em conta corrente. As taxas são progressivas conforme o tempo de permanência e, dessa forma, a operação é remunerada pela taxa aplicável ao prazo correspondente ao período do investimento.

TESOURO DIRETO

O Tesouro Direto é um Programa do Tesouro Nacional desenvolvido em parceria com a BM&F Bovespa para venda de títulos públicos federais. o Tesouro Direto oferece boa rentabilidade e liquidez diária, sendo a aplicação de menor risco do mercado. No Tesouro Direto, o investidor pode escolher entre investir na NTN-B (indexada à inflação), na LTN (prefixada) ou na LFT (pós-fixada, indexada à taxa Selic).

INVESTIMENTO EM AÇÕES

Ações são produtos de renda variável. Representam uma parcela do capital social de uma sociedade anônima e que concedem ao proprietário o direito de participação nos resultados da empresa. Uma vez que a ação é uma parte proporcional do capital social, o investidor torna-se proprietário de uma parcela da empresa correspondente ao número de ações que possui.

4.3 Operações com Seguros a Receber

A CAEFE, como estipulante, administra apólices coletivas de seguro de veículo, seguro residencial, seguro de vida e acidentes pessoais, para seus associados e empresas associadas. Por esta atividade recebe uma doação de agenciamento. Inclui os valores faturados, ainda não recebidos, e os contabilizados pelo regime de competência, conforme o fechamento final de cada mês, tendo por base o relatório do setor de seguro.

	<u>2018</u>	<u>2019</u>
Seguro Veículo a Receber	1.832.516,54	1.890.449,91
Seguro de Vida a Receber	3.942.795,62	2.627.521,47
Seguro de Acidente Pessoal a Receber	77.371,36	83.636,58
Seguro Residencial a Receber	38.069,18	56.115,31
Doação Prêmio de Seguros a Receber	1.195.002,75	600.445,88
<u>TOTAL</u>	<u>7.085.755,45</u>	<u>5.258.169,15</u>

4.4 Operações com Associados

Empréstimos a Associados e Plano Odontológico

Empréstimo Social e Funeral - A CAEFE concede duas modalidades de empréstimo, Auxílio Funeral e Empréstimo Social, o primeiro tem como objetivo a cobertura das despesas com funeral de dependentes de associados até o limite previamente estabelecido nas normas de concessão, esta modalidade de empréstimo, por ser de caráter Assistencial, não possui encargos financeiros. O segundo tem como objetivo cobrir danos à moradia e bens de primeira necessidade, decorrentes de causas fortuitas ou fenômenos naturais, além das despesas relacionadas diretamente à perda ou aquisição de imóvel, bem como cobrir atraso em mensalidades escolares e de plano de saúde.

Handwritten signatures and initials.

AAA 021063411

Sofre cobrança de IOF – Imposto sobre Operações Financeiras e encargos 0,5% sobre o saldo devedor e constam os saldos em 31 de dezembro.

Recebimentos Associados - A CAEFE oferece aos seus associados e dependentes dois planos odontológicos, Amil Dental e Odontoprev, que proporcionam as melhores soluções em assistência dental a um custo compatível ao do mercado.

	<u>2018</u>	<u>2019</u>
AUXÍLIO FUNERAL	76.012,53	76.185,23
EMPRÉSTIMO SOCIAL	448.170,66	528.629,00
RECEBIMENTO ASSOCIADOS	<u>121.452,43</u>	<u>151.293,64</u>
TOTAL	645.635,62	756.107,87

4.5 Provisão para devedores duvidosos

Constituída com base nos valores a receber vencidos com mais de 120 dias de atraso, no montante de total de R\$ 1.010.821,18 (Um milhão, dez mil, oitocentos e vinte e um reais e dezoito centavos) de 01/09/2018 a 31/08/2019. O valor da provisão para o ano de 2019 aumentou devido a FRG – Fundação Real Grandeza não poder mais efetuar os descontos na folha de pagamento dos aposentados e pensionistas, por determinação da Lei 13.183/2015. A margem consignável é o limite para o desconto no contracheque. O saldo acumulado da conta R\$ 1.585.042,61.

4.6 Contas a Receber

Refere-se ao reembolso de despesas administrativas da CAEFE por parte das empresas associadas, pelos serviços prestados na administração dos benefícios a seus associados, bem como as operações com funcionários e com outros fornecedores de serviços.

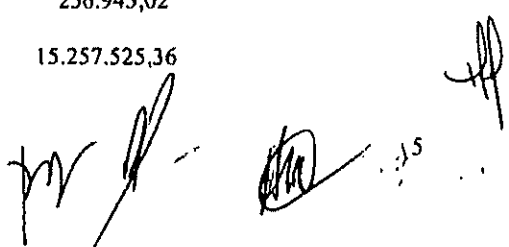
	<u>2018</u>	<u>2019</u>
Fumas	11.567.363,63	11.567.363,63
Eletronuclear	3.433.216,71	3.433.216,71
Total	15.000.580,34	15.000.580,34

4.7 Provisão para Perdas e Ajustes

Constituída com base no Processo Acórdão Nº 1891/2007 – TCU – Tribunal de Contas da União, que determinou cautelarmente, a suspensão de todos os repasses de recursos efetuados por Fumas Centrais Elétricas S/A e Eletrobrás Termonuclear S/A. O processo continua transitado em julgado para uma decisão ou acórdão judicial

Constituída com base no processo judicial nº 00366.47-64.2015.8.19.0001 - contra a empresa Exxis Brasil Consultora e Sistemas de Gestão Ltda, para a devolução do valor pago pela CAEFE por motivo da contratação da empresa para prestar o serviço no desenvolvimento de um sistema integrado e não consolidado. O processo continua transitado em julgado para uma decisão ou acórdão judicial.

	<u>2018</u>	<u>2019</u>
Fumas	11.567.363,63	11.567.363,63
Eletronuclear	3.433.216,71	3.433.216,71
Exxis Brasil	256.945,02	256.945,02
TOTAL	15.257.525,36	15.257.525,36



4.8 Ativo Realizável a Longo Prazo

Processo Judicial

Em 2018 efetuamos o lançamento do processo judicial nº 00366.47-64.2015.8.19.0001, contra a empresa Exxis Brasil Consultora e Sistemas de Gestão Ltda, para a devolução do valor pago pela CAEFE por motivo da contratação da empresa para prestar o serviço no desenvolvimento de um sistema integrado e não consolidado, no valor de R\$ 256.945,02 (Duzentos e cinquenta e seis mil, novecentos e quarenta e cinco reais e dois centavos). Estorno efetuado do Ativo Intangível.

4.9 Investimento

O Investimento é a participação da CAEFE como associada na CECREMEF-Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Fornos e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda, no montante de R\$ 8.493,87 (Oito mil, quatrocentos e noventa e três reais e oitenta e sete centavos).

4.10 Imobilizado

Encontra-se registrado pelo custo de aquisição, sendo depreciado ou amortizado com as taxas em conformidade com a legislação vigente.

O inventário físico é feito anualmente e atualizado conforme alteração ou aquisição de novos bens.

Os bens imobilizados, adquiridos e postos em funcionamento no ano de 2019, foram incorporados ao patrimônio e identificados com plaquetas.

Conforme a Lei nº 11.638/07 e do CPC 27 a CAEFE não realizou a revisão de vida útil do seu imobilizado.

BEM

TAXA DE DEPRECIAÇÃO

Edificações	4% ao ano
Informática	20% ao ano
Telecomunicações	20% ao ano
Refrigeração	10% ao ano
Móveis, Maquinas e Utensílios	10% ao ano
Instalação	10% ao ano
Movimentação no exercício:	

Descrição	Saldos em		Baixas	Saldos em	
	31.12.18	Adições		31.12.19	
Custo					
Edificações	1.956.652,50				1.956.652,50
Informática	445.066,45	1.365,07			446.431,52
Telecomunicações	14.748,52	1.230,24			15.978,76
Refrigeração	92.005,51	3.204,94			95.210,45
Móveis, Maquinas e Utensílios	381.596,40	7.706,70	-0,91		389.302,19
Instalação	42.283,00				42.283,00
Outras Imobilizações	947,99				947,99

Depreciação Acumulada

Depreciação Acumulada	-1.604.135,03	-125.939,09	55,14	-1.730.018,98
Totais	1.329.165,34	-112.432,14	54,23	1.216.787,43

4.11 Intangível

Registrado pelos pagamentos efetuados durante o processo de realização e amortizados após sua conclusão de acordo com as taxas determina pela legislação. No ano de 2018 foi contratado a empresa BCR Tecnologia em Informática Ltda, que está efetivando a prestação de serviço de consultoria e implantação de um sistema integrado com o contrato ativo em 2019 – Custo R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais).

Foi baixado do Intangível:

Valor de R\$ 50.000,00 – Help Desck Serviços de Informática Ltda – ferramenta de avaliação de desempenho estornado para Patrimônio Social por ser despesas de exercício anterior. O lançamento foi devido motivo do projeto não ter sido concluído.

Valor de R\$ 140.618,94 – ATT Informática – Estorno efetuado por se tratar de Licença de Uso de sistema de seguro, lançado para Patrimônio Social por ser despesas de exercício anterior.

Movimentação no exercício:

Descrição	Saldo em			Saldo em
	31.12.2018	Adições	Baixa	
Software	204.433,10			204.433,10
Implantação de Sistemas e Métodos	742.855,65	120.000,00	-190.618,94	672.236,71
Amortização Acumulada				
Amortização	-746.305,94	-15.411,46	163.118,85	-598.598,55
Totais	200.982,81	104.588,54	-27.500,09	278.071,26

5. PASSIVO

5.1 Operações com Seguros a Pagar

Valor a ser repassado as seguradoras referentes às apólices coletivas de seguro veículos, seguro de vida, seguro de acidentes pessoais e seguro residencial.

	<u>2018</u>	<u>2019</u>
Seguro de Vida a Pagar	3.240.857,80	2.962.933,62
Seguros Acidentes Pessoais a Pagar	73.178,62	152.695,57
Seguro Residencial a Pagar	23.710,89	25.718,85
Seguro Veículo a Pagar	1.600.340,70	1.456.675,01
Total	4.938.088,01	4.598.023,05

5.2 Operações com Associados

Representam os empréstimos, as doações e auxílio funeral concedidos e ainda não pagos para os associados.

5.3 Débitos Diversos

Representa a SICOOB CECREMEF, dos descontos em folha dos empregados da CAEFE; FORNECEDORES saldo referente a despesas diversas a ser paga. Na conta de obrigações a pagar com fornecedores consta um débito no valor de R\$ 18.348,92, referente à parcela pendente do contrato efetuado com a empresa EXXIS BRASIL Consultoria e Sistemas de Gestão. Como o processo de implantação do sistema não foi efetivado, a CAEFE, através de sua assessoria jurídica impetrou ação judicial em 04/02/2015, processo nº 003647-64.2015.8.19.0001, com o objetivo de ressarcimento por danos materiais.

ELETRONUCLEAR das despesas de locação e telefonia;

Obrigações com empregados, provisão de impostos e obrigações a recolher empregados, serviços prestados pessoas jurídicas e pessoa física, provisão de impostos e contribuições a recolher de PJ e PF e outros impostos e taxa a recolher.

	SALDO 2019	SALDO 2018
FORNECEDORES	R\$ 148.287,77	R\$ 359.378,72
ELETRONUCLEAR	R\$ 675,47	R\$ 630,54
OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS	R\$ 0,00	R\$ 66.587,38
PROV. IMPOSTOS E ENC. EMPREGADOS	R\$ 115.990,82	R\$ 215.834,82
SERVIÇO PRESTADOS PJ	R\$ 0,00	R\$ 7.508,00
PROV. IMPOSTOS E CONT PJ E PF	R\$ 18.149,07	R\$ 21.788,26
OUTROS IMP. E TAXAS A RECOLHER	<u>R\$ 381,32</u>	<u>R\$ 203,72</u>
	R\$ 283.484,45	R\$ 671.931,44

6 Provisões

6.1 Provisão para férias

Constituída com base nos períodos aquisitivos dos empregados, contemplando 1/2 de férias conforme Acordo Coletivo de Trabalho em vigor e encargos sociais.

6.2 Provisão de 13º Salário e Encargos

Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

6.3 Outras provisões

Depósitos efetuados em conta corrente pelos associados e seguradoras que estão em processo de identificação pelo financeiro.

7 Processos Judiciais e Fiscais

Contingências Fiscais – ISS - Imposto Sobre Serviços

A Entidade está sendo questionada pela Receita Municipal sobre a incidência de tributos em parte das receitas de suas operações e constituiu provisão no valor estimado deste questionamento. Não ocorreu, até o momento, fiscalização pelas autoridades fiscal federal e estadual sobre suas atividades. Existem Notificações Fiscais para cobrança de tributos com Imposto Sobre Serviços

(ISS), as quais estão em processo de defesa em esfera administrativa. Está em julgamento, processo de execução fiscal Auto de Infração nº 100.901, relativo à ISS da Prefeitura do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 1.013.160,99. As provisões para contingências foram atualizadas e consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no Passivo Exigível à Longo Prazo, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável, apesar do parecer da assessoria jurídica que a estimativa de perda seja remota. As provisões para as perdas decorrentes deste processo são estimadas e atualizadas pela Administração pela taxa Selic e amparada pela opinião da assessoria jurídica da Empresa Junqueira de Carvalho Advogados.

	2018	2019
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA	R\$ 2.238.883,14	R\$ 2.297.545,17

8 Patrimônio Social

O Patrimônio social é constituído pela doação inicial reduzido/acrescido dos déficits/superávits acumulados desde a fundação da CAEFE. Conforme estatuto social, a CAEFE deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de participação no seu superávit.

Patrimônio Social 31.12.2018	R\$ 42.060.750,50
Déficit 2019	R\$ -18.664.701,75
Ajuste de Exercício Anterior	R\$ - 48.915,10
Fundo de Amparo ao Emp. Social	R\$ 5.867,22
PATRIMINIO SOCIAL 31.12.2019	R\$ 23.353.000,87

Recuperação seguros/empréstimos/odonto	7.641,93
Ajuste seguro/odonto/empréstimos	-56.557,03
Ajuste diversos	
TOTAL	-48.915,10

Fundo de Amparo ao Empréstimo Social é destinado para garantir o investimento de débitos não ressarcidos por associados inadimplentes por falecimento, que é cobrado mensalmente 0,2% sobre o saldo devedor da concessão de empréstimo social.

Patrimônio Social é de R\$ 42.060.750,50 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 23.353.000,87 em 31 de dezembro de 2019.

9 Receita

Receita Operacional

	2019	2018
<u>Operações com seguros</u>		
Seguro veículo	1.348.605,77	1.419.611,02
Seguro de vida	5.264.000,76	8.610.504,37
Seguro acidente pessoal	235.984,43	402.940,14
Seguro residencial	39.678,76	38.471,25
Atualização monetária seguros	10.685,57	18.618,85
Seguro viagem	8.097,75	3.514,32
	6.907.053,04	10.493.659,95



Operações com associados

Auxílio funeral	72,72	28,19
Empréstimo social	15.238,42	13.628,30
Plano odontológico	1.846,63	3.589,25
Participação pip	3.586,00	58.402,66
Taxa serviço social	15,00	30,00
Doação plano odontológico	249.488,89	230.985,72
	<u>270.247,66</u>	<u>306.664,12</u>

Total receita operacional

7.177.300,70 10.800.324,07

Receita operacional com terceiros

82.810,69 84.223,71

Receita operacional com terceiros

82.810,69 84.223,71

Receita extraordinária

36.967,79 20.248,18

Receita extraordinária

36.967,79 20.248,18

Receita financeira

Receita aplicação renda fixa e renda variável

2.275.509,32 2.482.722,49

(-) IR e COFINS

1.051.696,16 -1.420.286,03

Receita financeira

1.223.813,16 1.062.436,46

TOTAL RECEITA

8.520.892,34 **11.967.232,42**

Receita Seguro de Vida e Acidente Pessoal – a variação em 2019 se deu pelo motivo de Fúrnas Centrais Elétrica S.A e a Fundação Real Grandeza, a partir de novembro de 2019, não ter renovado o seguro dos seus empregados com a CAEFE.

A CAEFE também em novembro de 2019 alterou a forma de cálculo dos seguros para poder dar uma melhor condição de preço para seus associados.

10 Despesas

Despesa operacional

2019 2018

Despesas com seguros

-28.413,41 -26.657,28

Despesas com seguros

-28.413,41 -26.657,28

Despesas com associados

Despesa com auxílio funeral

-363.599,88 -417.989,05

Despesa com doação

-8.606,95 -21.077,86

Despesa com PIP

-561.654,07 -1.129.874,95

Benefício alimentação

-238.027,21 -271.334,61

Assistência social

-69.229,85 -69.202,12

Despesa Plano Odontológico

-487,90 -1.141,38

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Convênios	-539,33	0,00
	<u>-1.242.145,19</u>	<u>-1.910.619,97</u>
Operações com terceiros		
Patrocínio de eventos	-55.329,05	-91.596,57
Responsabilidade social	-135.248,62	-113.515,31
	<u>-190.577,67</u>	<u>-205.111,88</u>
Despesas gerais e administrativas		
<u>Despesas recursos humanos</u>	<u>-4.734.585,31</u>	<u>-5.245.940,80</u>
Despesas recursos humanos	-4.734.585,31	-5.245.940,80
Despesas com serviços de terceiros	-499.520,32	-466.267,05
Despesas com consumo	-244.299,48	-214.400,44
Despesas com conselheiros	-254.996,42	-250.276,89
Despesas com diretoria	-74.184,48	-91.321,97
Despesa com aluguel e condomínio	-7.071,46	-6.466,08
Despesas com comunicação	-75.188,09	-161.673,45
Despesas com postagem	-105.848,77	-104.350,30
Despesa com limpeza, conservação e material	-325.491,90	-366.342,53
Despesas com segurança	-233.759,44	-230.817,77
Despesa aluguel móveis e equipamentos	-51.424,17	-49.042,39
Despesas serviços administrativos	-365.695,12	-72.175,12
Despesa de viagem	-30.141,75	-50.807,38
Despesas material de escritório	-27.819,29	-24.952,35
Despesas material de consumo	-27.621,90	-23.384,67
Despesas transporte urbano	-4.721,73	-10.817,55
Despesas móveis e equipamentos	-7.471,37	-17.424,76
Despesas legais e judiciais	-1.416,09	-27.472,75
Despesas com seguro patrimonial	-3.239,58	-5.626,22
Outras despesas	-29.038,84	-35.988,61
IPTU	-57.705,70	-53.720,13
Impostos Taxas e Contribuições	-2.228,75	-2.385,17
Juros e multas fiscais	-535,94	-2.841,50
	<u>-2.429.420,59</u>	<u>-2.268.555,08</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e multa	0,00	-9.046,25
Despesas bancárias	-306.969,25	-184.217,40
Taxa de custódia	-2.442,83	-1.154,82
Perda aplicação financeira	-9.612,00	0,00
	<u>-319.024,08</u>	<u>-194.418,47</u>
<u>Depreciação</u>	<u>-125.884,86</u>	<u>-128.478,56</u>
<u>Amortização</u>	<u>-15.411,46</u>	<u>-23.547,24</u>
<u>Contingência Fiscal - ISS</u>	<u>-58.662,03</u>	<u>-63.221,26</u>

AAA 021063418

Processo e depósito judicial	-17.003.148,22	0,00
Despesas extraordinárias	-27.500,09	-1.661,42
Provisões para perdas e ajustes	-1.010.821,18	-469.951,93
TOTAL DESPESAS	-27.185.594,09	-10.538.163,89
RESULTADO DO PERÍODO-SUPERÁVIT	-18.664.701,75	1.429.068,53

11 Processo e Deposito Judicial

A CAEFE constituiu provisão para contingência relativa a ações de reclamações indenizatórias de seguros, Eletrobrás Termonuclear S.A. e Furnas Centrais Elétrica S.A. no montante de R\$ 17.048.456,46 (Dezessete milhões, quarenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e quarenta e seis centavos). As perdas são estimadas e atualizadas pela Administração com base em opinião de sua Assessoria Jurídica Empresa Haanwinckel Advogados.

Processo Judicial	2018	2019
	R\$ 45.308,24	R\$ 17.048.456,46

12 Pró-Labore Diretoria

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de novembro de 2019 e 11 de dezembro de 2019, foi aprovado por maioria, o pró-labore no valor de 05 (cinco) salários mínimos nacional, para o período de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, a ser concedido mensalmente aos membros da Diretoria Executiva da gestão que foi empossada com o mandato de 17 de julho de 2017 a 31 de março de 2021, conforme Estatuto no Art. 33 item I e Lei 13.151/2015 Art.4º, conforme Estatuto Social alterado e aprovado pela Assembleia realizada em 31/03/2015, averbado em 19/01/2016, junto ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca do Rio de Janeiro e também de acordo com o art. 45 da nova alteração do Estatuto aprovado pela Assembleia realizada em 17/07/2019, averbado em 07/01/2020, junto ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca do Rio de Janeiro.

13 Eventos Subsequentes

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado na cidade de Wuhan, China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional".

A rápida e repentina propagação da epidemia está causando a paralisação de vários setores produtivos e comerciais, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial. Entre os diversos riscos e incertezas aos quais a empresa está sujeita, aguarda-se do governo, medidas Econômico Fiscais que visem assegurar o cumprimento e sequencia de seus objetivos Sociais e Estatutários, e no pressuposto de sua continuidade operacional.

A Instituição não identificou impactos nas demonstrações contábeis do exercício social de 2019 causados pelo COVID-19, todavia monitora atentamente impactos potenciais nos resultados de 2020. E com fundamento nas melhores informações disponíveis, estuda medidas para minimizá-los, notadamente:

- De possível redução da Selic, em níveis superiores aos projetados no início do ano, que pode sensibilizar negativamente as receitas financeiras;
- Diminuição em disponibilidades financeiras de operações de crédito que pode ocorrer com o aumento da inadimplência;



- Na redução do volume de novos negócios provocada pela desaceleração da atividade econômica em geral;
- Na redução do volume dos negócios provocadas por morte de alguns associados;
- Na redução do volume dos negócios por cancelamentos nos seguros por motivo de condição financeira de alguns associados.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2019.

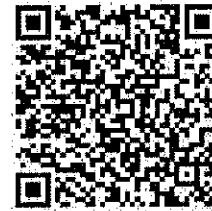
Roberto Gomes de Almeida
Diretor de Administração e Finanças

Tânia de Lima Teixeira
Contadora CRC - RJ-074879/0

Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Comarca da Capital do Rio de Janeiro
Rua México, 148, 3º andar, Centro

CERTIFICO A AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA, PROTOCOLO E DATA ABAIXO
Matr. 183694
202103171711263 14/06/2021
Emol: 48,79 Tributo: 16,59
Selo: EDTD 54856 PNJ
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>
Verifique autenticidade em rcpj.rj.com.br ou pelo QRCode ao lado

Rodolfo R. de Moraes
Oficial



for

for



RIO DE JANEIRO

RCPJ-RJ 14/06/2021-42
EDTD54854GBE
fl.: 2/12

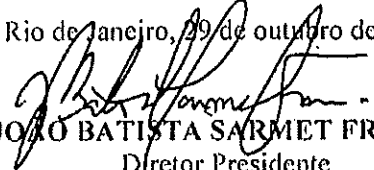


Caixa de Assistência dos Empregados de Furnas e Eletronuclear
Rua Ipú, 32 e 37 - Botafogo
CEP: 22281-40 - Rio de Janeiro - RJ

EDITAL DE RETIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Em retificação ao Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária, publicado em 22/10/2020, o Diretor Presidente da CAEFE - Caixa de Assistência dos Empregados de Furnas e Eletronuclear, João Batista Sarmet Franco, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme artigo 25 do Estatuto Social registrado em 07/01/2020, vem comunicar as alterações abaixo indicadas, nos seguintes termos: 1 - Em virtude da inobservância do prazo estatutário para convocação do ato, a Assembleia Geral Ordinária será realizada em 17/11/2020, às 10h (dez horas), em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos Associados, e às 10h30 (dez horas e trinta minutos), em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes. 2 - Em função do isolamento social decretado por força da pandemia do COVID-19, e respeitando os decretos governamentais, a Assembleia Geral Ordinária será realizada virtualmente através da plataforma Cisco WebEx Events, com inscrição a ser feita pelo link: <https://ten.webex.com/ten/onstage/g.php?MTID=e2292b5e5f7dc534703e0993367e305d9> para as seguintes Ordens do Dia: 1. Aprovar as Demonstrações Financeiras, contemplando as informações do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado referente ao exercício de 2019, conforme os termos do Art. 33, inciso I do Estatuto Social em vigor; 2. Assuntos Gerais. A Ordem do Dia e as instruções para inscrição para o ato estão disponíveis no site www.cafe.com.br/noticias.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2020.


JOÃO BATISTA SARMET FRANCO
Diretor Presidente

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

AAA 021063393